



O mercado editorial de livros no Brasil no período da abertura (1974–1985)²

RESUMO

Com base em dados estatísticos sobre a produção de livros no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 e em informações relativas às políticas do governo federal para o setor livreiro, este artigo procura mostrar e analisar as mudanças por que passou a indústria editorial (livros) no Brasil nesse período, em particular nos anos da abertura política (1974–1985). Destaca-se nesta análise o papel do expressivo crescimento do número de estudantes no país a partir do final dos anos 1960, em todos os níveis de ensino, como um dos fatores que influenciaram fortemente o desempenho do setor editorial nesses anos, especialmente do setor de livros didáticos e acadêmicos.

Palavras-chave: Mercado editorial brasileiro. História editorial. Edição e política.

ABSTRACT

The editorial market in Brazil in the period of the political opening (1974-1985)

Based on statistical data about the manufacturing of books in Brazil – between the 1960s and the 1980s – as well as on information about governmental policies for the book sector this article analyses the changes through which the editorial industry passed by in Brazil in these decades, particularly during the political opening (1974-1985). It pinpoints the role of the expressive growth of the number of students in the country from the end of the 1960s, in all levels of education, as one of the factors that strongly influenced the performance of the sector in the mentioned years, especially that of the didactic and academic books.

Key words: The Brazilian editorial market. Editorial market. Politics and edition.

¹ Mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e coordenador editorial da Editora Fundação Perseu Abramo. E-mail: flamaues@terra.com.br e flamaues@gmail.com.

² Este artigo é uma adaptação de um capítulo de minha dissertação de mestrado, intitulada *Editoras de oposição no período da abertura (1974–1985): negócio e política*, defendida em fevereiro de 2006 no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Breve histórico do mercado editorial brasileiro pós-1964

Os anos 1960 marcam um importante momento na indústria editorial de livros no Brasil³, caracterizado pelo crescimento e pela modernização técnica do setor, proporcionados por programas oficiais de apoio ao setor gráfico e pelo aumento dos programas governamentais de compras de livros técnicos e didáticos, que irão se consolidar nos anos 1970.

Os estudos existentes são unânimes em apontar o crescimento da produção de livros na década de 1960. A tabela a seguir mostra a evolução da produção de livros nesse período.

Tabela 1 – Produção de livros nos Brasil (1960–1969)

Ano	Titulos	Índice	Tiragem	Índice
1960	3.953	100	36.323.000	100
1961	3.911	99	29.170.000	80
1962	4.509	114	66.377.000	183
1963	5.117	129	54.210.000	149
1964	4.972	126	51.913.000	143
1965	*		*	*
1966	*		*	*
1967	5.618	142	68.540.000	189
1968	*	*	*	*
1969**	5.105	129	68.068.200	187

Fonte: Adaptada de Serviço de Estatística da Educação e Cultura-MEC (Seec), citado em "Evolução do livro no Brasil". Caderno de Jornalismo e Editoração, São Paulo, ECA-USP, n. 7, mar. 1972, p. 47-50 (transcrito de Produção de livros no Brasil – pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em convênio com o MEC [Geil], BNDE e FGV, 1971). O Seec somente considera livro a publicação não periódica com mais de 48 páginas; as que têm até 48 páginas são consideradas folhetos (HALLEWELL, 1985).

* Sem informação.

** Para esse ano, os dados são do Anuário Estatístico do IBGE, citado por ANDRADE, Olímpio de Souza. O livro brasileiro: progressos e problemas – 1920–1971. Rio de Janeiro: Paralelo, 1974, p. 45. O IBGE usa o mesmo critério do Seec para definição de livro.

Hallewell (1985), autor da obra mais importante e mais completa sobre a história do livro no Brasil, afirma que o período após o golpe de 1964 foi de uma "longa recessão que atingia o setor livreiro de modo particularmente duro", fazendo com que os primeiros seis anos após

o golpe fossem "um tempo muito difícil", com os benefícios das novas políticas sendo "sentidos muito fracamente no setor livreiro antes de 1970". Mas, apesar disso, acaba por concluir que a produção de livros em 1969, ou seja, cinco anos após o golpe, foi "quase o dobro da de qualquer ano anterior a 1962" (p. 480).

Isso aconteceu em função de algumas medidas do governo federal postas em prática nesse período. "A isenção de todos os impostos, exceto o de renda, [...] foi estendida a todos os estádios da produção e venda do livro, inclusive à fabricação do papel de impressão, e um dispositivo nesse sentido foi incluído na nova Constituição (1967)" (HALLEWELL, 1985, p. 43). Houve também estímulo à produção nacional de papel e celulose, com forte investimento estrangeiro no setor. Em pouco tempo, o Brasil saiu da posição de importador para a de exportador de papel.

Entre os anos 1960 e 1980, graças aos programas especiais de financiamento para importação de equipamento e modernização das fábricas e aos incentivos aplicados em projetos de reflorestamento destinados à produção de celulose, a indústria de papel praticamente quintuplicou sua capacidade instalada (CÂMARA, 1997, p. 58).

Ocorreu, ainda, a institucionalização das políticas públicas relacionadas aos livros e à indústria gráfica, com a criação, em nível federal, do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (Geipag) e da Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (Colted), ambos em 1966, e do Grupo Executivo da Indústria do Livro (Geil), em 1967. Esse esforço fora precedido, em 1963, pelo documento "Soluções para o problema do livro no Brasil", apresentado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) ao presidente João Goulart, propondo uma minuta de anteprojeto de lei com medidas de incentivo à produção de livros e ao aumento da leitura no país (SALGADO, 1994).

A atuação do Geipag levou à isenção de taxas alfandegárias para a importação de máquinas para a produção de livros, propiciando a renovação do parque industrial gráfico e editorial (SALGADO, 1994). Já a Colted, que contava

³ Sempre que nos referirmos à indústria editorial estaremos falando da indústria de livros, excluindo o setor de revistas e jornais.

com financiamento de US\$ 9 milhões da United States Agency for International Development (Usaid) e do MEC (SALGADO, 1994; PAIXÃO, 1996), foi criada "com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e didáticos", conforme Decreto nº 59.355, de 1966 (OLIVEIRA, 1984, citado em MUNAKATA, 1997, p. 47). A Colted teria, assim, a incumbência de selecionar os títulos desse programa e as editoras que o produziram, além de comprar os livros para distribuir às bibliotecas (OLIVEIRA, 1984, citado em MUNAKATA, 1997). Em apenas três anos de funcionamento, a Colted forneceu mais de 15 milhões de livros às escolas públicas brasileiras (CÂMARA, 1997), consolidando uma etapa de forte participação governamental no mercado editorial no Brasil, que se desenvolveria ainda mais nos anos 1970, como veremos mais adiante. Já o Geil visava a "uma discussão mais abrangente dos problemas do setor editorial e uma ação melhor coordenada do governo e da iniciativa privada" (CÂMARA, 1997, p. 52).

Ainda no campo governamental, o Instituto Nacional do Livro (INL) "a partir de 1967 passou a publicar obras importantes, em coedições com editoras privadas, com incremento na distribuição desta produção às bibliotecas públicas" (SALGADO, 1994, p. 71).

Ao lado desses fatores, ocorria outro fenômeno social que teria grande influência na indústria editorial: o aumento expressivo do número de estudantes no país em todos os níveis de ensino (ver tabela 2 e tabela 2a).

Assim, o número de estudantes mais que dobrou no que hoje é chamado de ensino fundamental (1ª a 8ª série do primeiro grau), decuplicou no ensino médio (1ª a 3ª série do segundo grau) e no ensino superior (graduação) e na pós-graduação aumentou mais de seis vezes. No mesmo período, a população do país cresceu 54%. De fato, aí reside o fator fundamental de crescimento do setor editorial de livros no Brasil nesse período. O aumento espetacular em números absolutos do total de alunos do ensino fundamental e médio incentivou as políticas de compra de livros didáticos pelo governo e, ao mesmo tempo, o aumento expressivo em termos percentuais, e também em números absolutos, dos alunos do ensino superior abriu a possibilidade para que um grande número de editoras passasse a produzir livros universitários para um mercado em expansão.

Tabela 2 – Estatísticas de matrícula escolar em números absolutos (1960–1975)

Ano	Primário-ginásio (1ª/8ª séries do 1º grau)	Colegial (1ª/3ª séries do 2º grau)	Ensino superior (Graduação)	Mestrado/doutorado	População total (milhões)
1960	8.368.285	173.544	93.202	2.489	69,79
1965	11.568.505	288.838	155.781	2.355	81,30
1970	15.894.627	655.602	425.478	4.995	93,2
1975	19.549.249	1.935.903	1.072.548	16.002	107,15

Fonte: Adaptada de Hallewell (1985, p.286-287), a partir de dados do Anuário estatístico do Brasil.

Tabela 2a – Estatísticas de matrícula escolar em percentual (1960–1975)

Ano	Primário-ginásio (1ª/8ª séries do 1º grau)	Colegial (1ª/3ª séries do 2º grau)	Ensino superior (Graduação)	Mestrado/doutorado	População total (milhões)
1960	100	100	100	100	100
1965	138	166	167	95	116
1970	190	378	457	201	134
1975	234	1.115	1.115	643	154

Fonte: Elaboração própria a partir de Hallewell, (1985, p.286-287).

Além disso, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cujo objetivo era diminuir significativamente o analfabetismo no país, foi iniciado em março de 1968 e gerou intenso movimento editorial no fim dos anos 1960 e começo da década de 1970. Todo o material impresso do programa foi encomendado a apenas duas editoras: José Olympio e Abril (PAIXÃO, 1996). Em 1969, por exemplo, o Mobral "encomendou às editoras concessionárias das quotas cerca de 37 milhões de exemplares, [e] em 1973 esse número saltou para 50 milhões de exemplares" (SALGADO, 1994, p. 92-93).

Criou-se, desse modo, um mercado de proporções consideráveis, que fazia com que na pesquisa "Produção de Livros no Brasil", publicada pela Fundação Getúlio Vargas em 1971, se afirmasse que, de acordo com as estatísticas das Nações Unidas, o Brasil era então o líder em termos editoriais na América Latina ("EVOLUÇÃO DO LIVRO NO BRASIL", 1972, p. 47-50).

Escarpit, estudioso que, por encomenda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizou amplo levantamento da indústria editorial em vários países do mundo no final dos anos 1960, entre eles o Brasil, apresentou uma análise da indústria editorial brasileira em que destaca aqueles que são, em sua opinião, seus dois

pontos fortes: a “implantação nacional”, apesar da concentração no Rio de Janeiro e em São Paulo, e a “forte infra-estrutura administrativa: o livro brasileiro é um dos únicos na América Latina que conta com o benefício de uma política coordenada”, mencionando em especial a atuação do INL e da Colted. E assinalava como pontos fracos: a “permeabilidade do mercado nacional”, em especial ao livro em espanhol, a “insuficiência de livrarias” e a “necessidade de modernização” (ESCARPIT citado em SALGADO, 1994, p. 63-64).

Dessa forma, podemos considerar que os anos 1960 marcam um período de crescimento do mercado e da indústria editorial brasileiros, como ressalta Salgado, (1994, p. 71). “com ampliação do mercado e crescimento do número de editoras, das edições de novos títulos, das publicações em geral e das tiragens.”

Por fim é necessário destacar que a partir de 1968 se inicia o chamado “milagre” brasileiro, processo em que a economia do país atingiu índices de crescimento anual médio de mais de 10% até 1973, o que significa um período de intensa e dinâmica atividade econômica, com a criação e expansão de novos mercados e a incorporação de setores da população ao público consumidor – ainda que o “milagre” tenha tido como uma de suas mais fortes características a concentração de renda (PRADO; EARP, 2003). Desenvolve-se uma forte classe média urbana consumidora de livros, seja para estudo, seja para desenvolvimento profissional ou entretenimento, a qual será, ao lado do poder público e da expansão do ensino, o esteio do crescimento do setor editorial⁴.

Por tudo isso, Hallewell (1985, p. 479) conclui que “para a indústria e o comércio do livro, o resultado líquido das políticas do novo regime militar no período 1964–1973 foi uma notável expansão”.

O crescimento e as mudanças do setor editorial no período 1970–1985

Os anos 1970 se iniciam em pleno auge do “milagre” econômico, com altos índices de

crescimento, pleno emprego e inflação baixa e sob controle. Desde o final de 1968, com a decretação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), o país encontrava-se sob rígidas restrições aos direitos civis e democráticos, situação que se acentua no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969–1974). É o período de mais intensa repressão política e censura à imprensa, aos veículos de comunicação em geral e às manifestações artísticas em seu conjunto. Os métodos repressivos, entre os quais a tortura, não conhecem limites de ordem legal ou moral.

Em relação ao mercado editorial de livros, logo no início da década ocorrem mudanças institucionais. Em 1971, o Geil e o Geipag são extintos e a Colted é incorporada ao INL (SALGADO, 1994)⁵. Os programas relacionados ao livro didático ficam sob a responsabilidade do INL, que passa a executar o Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental (Plidef), o Programa do Livro Didático-Ensino Médio (Plidem), o Programa do Livro Didático-Ensino Superior (Plides), o Programa do Livro Didático-Ensino Supletivo (Plidesu) e o Programa do Livro Didático-Ensino de Computação (Plidecom) (MUNAKATA, 1997).

A tabela a seguir mostra a produção de livros didáticos no Brasil de 1966 a 1980.

Tabela 3 – Livros didáticos produzidos no Brasil – 1966–1980

Ano	Nº de títulos	Índice	Nº de exemplares*	Índice
1966	*		24.852.725	100
1973	1.959	100	77.431.144	312
1974	2.090	107	101.194.385	407
1975	2.868	147	68.819.328	277
1976	3.116	159	87.760.000	353
1977	3.616	187	122.550.000	493
1978	3.207	164	108.630.000	437
1979	2.491	127	134.524.768	541
1980	4.522	231	100.257.673	403

Adaptada de HALLEWELL. *O livro no Brasil*, p. 588.

* Para obras em vários volumes, “exemplar” significa “coleção”.

Já na tabela 4 apresenta a evolução de um subsetor particular dos livros didáticos, aqueles comprados e distribuídos pelos programas governamentais para o ensino fundamental (oito primeiras séries).

⁴ Como lembra Hallewell (1987, p. 43), “não importa o país, os consumidores do produto livro encontram-se, em sua grande maioria, na faixa média da população”.

⁵ De acordo com Munakata (1997, p. 47), a Colted foi extinta em 1971 em função de “acusações de irregularidades – o chamado ‘escândalo Colted’”.

Tabela 4 – Material distribuído pelo Plidef/PNLD*1971–1985

Ano	Títulos	Índice	Total (em milhões de exemplares)**	Índice
1971	114	100	7,2	100
1972	212	186	8,0	111
1973	223	196	7,5	104
1974	220	193	7,1	99
1975	235	206	10,7	149
1976	292	256	11,2	156
1977	112	98	19,5	271
1978	165	145	18,3	254
1979	233	204	16,7	232
1980	325	285	14,5	201
1981	239	210	10,4	144
1982	346	304	12,3	171
1983	*	*	12,4	172
1984	415	364	21,6	300
1985	*	*	21,5	299

Fonte: copiada de Munakata, 1997, p. 50.

* O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) substituiu o Plidef em 1985.

** Inclui livro-texto, manual do professor e caderno de atividades.

No que diz respeito à produção da indústria editorial como um todo, temos duas referências de números, os do Seec e os do Snel. O Seec usava o critério estabelecido pela Unesco de considerar livro apenas a publicação não periódica com mais de 48 páginas. Portanto, esses números podem ser mais facilmente comparados com os da tabela 1, que usa o mesmo critério. Já o levantamento feito pelo Snel dos livros produzidos nesse período considera livro qualquer publicação não periódica sem fins publicitários (HALLEWELL, 1985), ou seja, publicações com até 48 páginas entram em seus cálculos como livros. Assim, temos números diferentes, dependendo do critério que utilizemos. A tabela a seguir mostra esses dados e suas diferenças

Esses dados todos nos mostram que os anos 1970 assistiram a um grande crescimento da produção de livros. Se considerarmos as informações do Seec, de 1971 para 1979 houve um aumento de 75% no número de exemplares produzidos; se os dados usados forem os do Snel, de 1973 para 1979 o aumento foi de 50%. Um fator fundamental para esse crescimento foi o aumento da produção de livros didáticos. "Em 1973, 48,3 por cento dos 166 milhões de livros produzidos no país eram didáticos e técnicos, percentagem que nas décadas de 80 e 90 subiria para cerca de 70 por cento" (CÂMARA, 1997, p. 60). E parte significativa desses livros era vendida para o governo.

Tabela 5 – Produção de livros no Brasil em n.º de exemplares 1971–1985

Ano	Tiragem – dados Seec (milhões)	Índice	Tiragem – dados Snel (milhões)	Índice
1971	80,2	100	*	*
1972	136,0	170	*	*
1973	136,0	170	166,2	100
1974	144,8	181	191,7	115
1975	137,9	172	155,4	93
1976	139,6	174	176,2	106
1977	154,9	193	211,12	127
1978	186,7	233	232,5	140
1979	140,6	175	249,0	150
1980	*	*	242,9	146
1981	*	*	219,0	132
1982	*	*	245,4	148
1985	*	*	161,9	97

Fonte: Adaptada de Hallewell (1985, p. 572); Salgado (1994, p. 101-110); Reimão (1990, p. 145-157) e Miceli (1994, p. 63).

* Sem informação.

O mesmo crescimento ocorre em relação ao número de títulos editados, como mostra a tabela 6.

Tabela 6 – Produção de livros no Brasil em n.º de títulos – 1971–1985

Ano	Títulos – dados Seec	Índice	Títulos – dados Snel	Índice
1971	7.190	100	*	*
1972	7.066	98	4.025	100
1973	8.035	112	7.080	176
1974	7.312	102	8.367	208
1975	6.883	96	10.198	254
1976	11.539	160	12.271	305
1977	7.758	108	12.717	316
1978	11.822	164	12.874	320
1979	12.876	179	13.228	329
1980	*	*	13.267	330
1981	*	*	12.576	312
1982	*	*	12.745	317
1985	*	*	12.458	310

Fonte: Adaptada de Hallewell, 1985, p. 572, e Miceli, 1994, p. 63.

* Sem informação.

Um dos sinais mais evidentes do crescimento do setor editorial nesse período foi a organização da I Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em 1970, que contou com a participação de 23 países (HALLEWELL, 1985). Esse evento, que desde aquela época vem se realizando, e em 2006 promoveu sua 19ª edição, marcou o novo momento por que passava o mercado de livros no país. Desde 1970, as bienais vêm tendo uma contínua expansão

de espaço físico e de presença de público. Mesmo em períodos de crise no setor, têm proporcionado momentos privilegiados de divulgação e valorização da leitura e de popularização do acesso ao livro.

Essa expansão do mercado editorial brasileiro deve ser entendida na perspectiva de consolidação de um mercado de bens culturais nos anos 1960 e 1970 no país (ORTIZ, 1995). É quando a televisão, o cinema, a indústria fonográfica, editorial, de publicidade etc. se concretizam como veículos da “cultura popular de massa” e “fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais” (ORTIZ, 1995, p. 113-114).

Como lembra Miceli (1994, p. 47), “a expansão recente da indústria cultural brasileira coincidiu com a vigência do regime autoritário instituído em 1964, dele se beneficiando diretamente através de maciços investimentos governamentais no setor de telecomunicações”.

Nos anos 1970, alguns tipos de livros em partiwwwwcular tiveram um crescimento significativo, por exemplo, os livros didáticos, os religiosos e os de literatura. O total de exemplares de livros didáticos passou de 77,4 milhões em 1973 para 134,5 milhões em 1979 (+ 74%); o número de títulos religiosos lançados em 1974 foi de 320 e chegou a 1.230 em 1982 (+ 285%); já os títulos de literatura somaram 1.400 em 1973 e 3.565 em 1982 (+ 155%) (HALLEWEL, 1985).

Outro segmento que teve crescimento importante foi o de livros de oposição ao regime militar, que se enquadram no que se pode chamar de literatura política:⁶ clássicos do pensamento socialista, obras de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos

políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, livros de denúncias contra o governo. Esse segmento ganha impulso mais significativo a partir de 1977-78, com o retorno à cena pública do movimento estudantil e do movimento sindical, em particular com as greves no ABC paulista⁷.

A censura e seus efeitos sobre os livros

Após o AI-5 e suas conseqüências políticas restritivas, foi em janeiro de 1970 que o setor livreiro sentiu mais de perto os efeitos do fechamento político, com a edição, no dia 26 daquele mês, do Decreto-lei nº 1.077, que estendia a censura prévia aos livros. Ainda que o decreto fizesse menção a que a censura deveria se limitar a temas referentes a sexo, moralidade pública e bons costumes (HALLEWEL, 1985), as leis de exceção a que o país estava submetido alargaram sobremaneira o entendimento do que poderia ser considerado, para o poder ditatorial, adequado em relação a esses temas.

Dessa forma, os livros, que desde o golpe de 1964 já vinham sendo objeto com certa rotina de confiscos e recolhimentos por autoridades policiais⁸, passavam agora a poder ser censurados previamente. Efetivamente, poucos livros o foram⁹, pois na maioria dos casos a censura ocorria após a publicação da obra, o que acarretava prejuízos ainda maiores aos editores e autores¹⁰.

No final de 1977, o ministro da Justiça, Armando Falcão, voltou a deliberar sobre o assunto, criando “um Grupo Permanente de Tra-

⁶ Literatura aqui tem o sentido de “conjunto das obras científicas, filosóficas etc., sobre um determinado assunto, matéria ou questão; bibliografia”, conforme o Dicionário Houaiss.

⁷ Ver a respeito do desenvolvimento e do crescimento do segmento de livros de oposição em minha dissertação, citada na nota 1.

⁸ Localizei um documento do Departamento de Ordem Política e Social, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, datado de 1965, que apresenta uma lista com 33 “livros de natureza subversiva”, assim considerados de acordo com a Portaria 11/65 do ministro da Justiça. A lista inclui volumes da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, da editora Civilização Brasileira; livros de Marx, Engels e de autores russos; de intelectuais brasileiros de esquerda e até uma obra de Adelaide Carraro (*Falência das elites*). Arquivo do DOPS-São Paulo, pasta OP 0938.

⁹ “[...] a censura prévia, regulamentada pelo Decreto 1.077/70 [...] revelou-se, na prática, algo inexecutável. [...] O conjunto de pessoas atuando como censores federais passou de 16 funcionários em 1967 para 240 ao final do Regime Militar – mas mesmo com este inchaço, a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro era algo, na prática, não executável. Assim sendo, a maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se [...] por denúncias” (REIMÃO, 2005, p. 9-10).

¹⁰ “A lei de censura prévia existia para todas as artes em geral. [...] Existia a lei também para o livro, só que era descumprida. A lei determinava que os editores enviassem os originais para Brasília, antes da publicação. No entanto, num gesto bonito e ousado (porque a editora poderia ser punida com o fechamento, dependendo do caso), numa resistência automática, quase unânime e não planejada, os editores ignoraram esta obrigação. [...] Corria-se o risco, após a publicação, de uma proibição, seguida das sanções normais previstas pela lei. Mesmo assim, os editores mantiveram-se firmes. [...] Independente disto, cerca de quinhentos livros acabaram nos porões. De ficção ao ensaio” (BRANDÃO, 1994, p. 177).

balho incumbido de proceder à análise de livros considerados atentatórios à segurança nacional e sugerir critérios para sua proibição" (Portaria C. do Ministério da Justiça n.º 0903, de 14 de dezembro de 1977, citada em FICO, 2001, p. 176).

Mas, de modo predominante, essa censura de fato concentrou-se em questões relacionadas "à moral e aos bons costumes", sendo também exercida de forma discricionária e seletiva quando se tratava de obras políticas. Analisando a lista de cerca de 430 livros proibidos durante o regime militar apresentada por Silva (1989), constatamos que a maior parte das obras censuradas, cerca de 360, se enquadra no critério de afronta à "moral e aos bons costumes". No entanto, cabe destacar que 70 livros de cunho político constam dessa lista, respondendo por 16% dos títulos proibidos. Entre os autores vetados estavam Caio Prado Jr., Márcio Moreira Alves, Darcy Ribeiro, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Fidel Castro, Che Guevara, Lenin, Mao Tsé-Tung, Nguyen Giap, Trotski, Franz Fanon, J. A. Guilhon de Albuquerque, José Álvaro Moisés, Nicos Poulantzas, Kurt Mirow, Raimundo Rodrigues Pereira, Louis Althusser, Hitler, Oduvaldo Viana Filho, Regis Debray, Álvaro Cunhal. Além desses, havia também vários livros estrangeiros que tratavam das revoluções cubana e chinesa e da guerra de resistência vietnamita contra os Estados Unidos.

Assim, podemos concluir que a censura aos livros políticos parece ter sido mais seletiva do que a feita aos livros considerados "imorais" ou "indecentes".

Como salienta Ortiz:

Durante o período 1964-1980, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural; ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade de sua produção (1995, p. 114).

É interessante notar que um dos efeitos mais importantes desse clima político repres-

sivo, e da decretação da censura especificamente, é a intimidação à produção, à criação e à circulação de obras que de alguma forma possam ser vistas pelos censores como ameaças à ordem estabelecida. Por exemplo, não houve proibição à edição da maioria das obras de autores socialistas, em particular a seus nomes mais emblemáticos. Marx, Engels, Lenin, Trotski, Che Guevara e Mao Tsé-Tung tiveram livros específicos censurados, mas não a totalidade de sua obra. Todavia, pelo menos até a primeira metade dos anos 1970, o clima político criado fazia com que fosse extremamente temerária a publicação de suas obras e, muitas vezes, até mesmo a sua importação. Não se sabia quais obras desses autores seriam permitidas e quais seriam censuradas nem quais eram os critérios utilizados pelos censores para tomar essas decisões¹¹.

Da mesma forma, a criação literária é muito afetada, seja objetivamente, seja pelos efeitos de autocensura que muitas vezes passa a gerar¹².

Mas, nesse contexto autoritário, deve-se lembrar que é o regime militar que estabelecerá políticas e organismos de incentivo a numerosas atividades culturais, de acordo com "uma visão autoritária que se desdobra no plano da cultura pela censura e pelo incentivo de determinadas ações culturais". O regime militar percebe "claramente a importância de [...] atuar junto às esferas culturais" e que "o Estado deve, portanto, ser repressor e incentivador das atividades culturais" (ORTIZ, 1995, p. 16). Não é por acaso que nesse período são criados por iniciativa governamental o Conselho Nacional de Cultura, o Instituto Nacional do Cinema, a Embrafilme, a Funarte, o Pró-Memória, entre outros (ORTIZ, 1995)¹³. No campo editorial, essa ação se fará principalmente por meio do incremento de grandes programas governamentais de compra de livros escolares.

A crise do "milagre" e o mercado editorial

O "milagre" econômico brasileiro é profundamente afetado pela crise do petróleo de 1973, decorrente do aumento violento do preço

¹¹ Como um exemplo disso, ver o tópico "Problemas com a importação de livros", no capítulo 3 de minha dissertação, citada na nota 1.

¹² Para uma interessante discussão sobre o papel da censura na produção literária nos anos 1970, ver Sússekind, 2004; e Holanda e Gonçalves, 1980.

¹³ Sobre isso, ver também Sússekind, 2004; Holanda e Gonçalves, 1980; e Ridenti 2000.

dessa matéria-prima fundamental, que atinge praticamente todos os setores da economia internacional. O ritmo de crescimento brasileiro cai significativamente e a inflação volta a níveis preocupantes e sempre crescentes até o Plano Cruzado, em 1986.

Hallewell ressalta que mesmo no período do “milagre”:

[...] a indústria editorial não parece ter desfrutado da justa parcela que lhe cabia nessa prosperidade. As vendas aumentaram, mas as margens de lucro foram sendo cada vez mais comprimidas. Assim, o setor livreiro não estava preparado para enfrentar a crise geral que modificou toda a situação nacional – e internacional – em 1973 (1985, p. 498-99).

Amostra ainda que o impacto dessa crise na indústria editorial brasileira foi

[...] destruidor, principalmente porque o enorme aumento do custo da energia e do transporte ocorreu exatamente quando, por outras razões [...], os preços mundiais do papel estavam subindo dramaticamente. No Brasil, o preço do papel subiu 125% entre junho de 1973 e fevereiro de 1974 (p. 390).

O resultado é que,

[...] embora as vendas de livros didáticos se mantivessem, as editoras dependentes do mercado de livros não escolares foram duramente atingidas, na medida em que a classe média reagia ao custo de vida mais alto pela redução de consumo dos itens de lazer.

[...] Foi uma lamentável, mas inevitável deterioração da aparência material do livro brasileiro em geral. Embora seja estranho, parece não ter havido declínio no volume de produção, ainda que algumas editoras, individualmente, possam ter restringido sua atividade (p.390, 500).

Como o “milagre” foi também um importante instrumento de “legitimação pela eficácia”

(PRADO; EARP, 2003, p. 239) do regime de 1964, a sua crise representou o início de uma crise política de legitimidade, que teve sua primeira grande manifestação nos resultados das eleições parlamentares de 1974, quando a oposição obteve expressiva vitória. Isso se refletirá também no clima político geral do país, com o ressurgimento gradual de núcleos e iniciativas de oposição aberta ao regime, que pouco a pouco vão ganhando espaço, como, por exemplo, os jornais da imprensa alternativa, os movimentos populares, os movimentos sindical e estudantil¹⁴. O aumento do número de editoras e livros de oposição é também uma decorrência desse novo momento.

O período pós-crise do petróleo

Após a crise do petróleo, a crise do “milagre” e a crise do papel, na primeira metade dos anos 1970, a indústria editorial parece se recuperar bem na segunda parte da década. Como vimos nas tabelas 5 e 6, a produção nesses anos é quase sempre crescente. Será somente no começo dos anos 1980 que ela cairá, entre outros motivos, em virtude da segunda crise do petróleo, em 1979, que trará de volta alguns problemas do período pós-primeira crise do petróleo, em 1973, como a alta significativa do preço de algumas matérias-primas, como o papel¹⁵.

A partir de 1979, o país assiste ao agravamento contínuo da situação econômica interna, com aumento explosivo do custo de vida – cujos índices chegarão aos três dígitos nos anos 1980 (ver tabela 7) –, da dívida externa e da instabilidade na economia. Desde 1978, juntam-se a isso o retorno da atividade sindical reivindicatória e a eclosão de um número crescente de greves durante todo o período até o fim da década de 1980.

Também do ponto de vista político, o período será intenso, com a reformulação da Lei de Segurança Nacional, em novembro de 1978, e a anistia, em agosto de 1979, que terão como consequência a libertação da quase totalidade

¹⁴ “A articulação de partidos e organizações de esquerda em torno da luta pelas liberdades democráticas permitiu que esta esquerda se somasse e, em muitos casos, liderasse o movimento civil contra a ditadura militar que começava a ganhar expressão nos primeiros anos da década de 1970. A partir daí começava a se delinear uma cena política legal, pública, que procurava romper os limites da clandestinidade e tornar visível a oposição à ditadura. A esquerda se juntava então a outros setores da sociedade que procuravam configurar uma luta política que aumentasse as margens da legalidade no país” (ARAÚJO, 2004, p. 245).

¹⁵ Esse processo de queda na produção de livros no Brasil nos anos 1980 perdurará durante quase toda aquela década, sendo interrompido apenas em 1986 e 1987, em função do Plano Cruzado. Como destaca documento da Câmara Brasileira do Livro, no setor editorial: “A vigorosa expansão e modernização industrial que caracterizara os anos 70 deu lugar a uma espantosa estagnação nos 80”. A produção editorial de 1988, em número de exemplares e títulos, foi equivalente à de 1976 (CÂMARA, 1997, p. 80-81).

dos presos políticos e a volta ao país dos exilados. No final dos anos 1970, começa também o processo de reorganização partidária, que a partir de 1980 resultará na criação de vários partidos, com a extinção e a divisão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – desde 1965 os únicos partidos legais. Muitos grupos clandestinos começam a se reorganizar de modo mais aberto, apesar de ainda continuarem ilegais. Os partidos comunistas somente poderão se organizar legalmente em 1985.

Tabela 7 – Índice de Preços ao Consumidor do município de São Paulo – Anual IPC-Fipe (1978–1988) (em %)

Ano	IPC – Fipe (%)
1978	39,89
1979	67,21
1980	84,77
1981	90,87
1982	94,63
1983	164,09
1984	178,56
1985	228,22
1986	68,08
1987	367,12
1988	891,67

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Página eletrônica: <www.fipe.org.br>, consultada em 17 de novembro de 2005.

Do ponto de vista da atividade editorial, os problemas não serão muito diferentes da maioria dos demais setores produtivos: alta taxa de inflação – o que dificulta o planejamento e o dia-a-dia das empresas – e remarcações constantes de preços; instabilidade econômica, social e política; desvalorização cambial que aumenta o preço de matérias-primas essenciais; queda do poder aquisitivo da população e da classe média em particular; crédito caro etc.

Apesar desses problemas na esfera econômica, o fim do regime, em 1985, com a eleição do primeiro presidente civil após 1964, mostrará uma indústria editorial extremamente ativa e diversificada, já escolada no convívio com uma situação econômica extremamente instável; pluralista, com a existência de uma ampla gama de editoras dos mais diversos matizes políticos; e em processo de modernização editorial, com mais cuidado nas traduções, nas capas, no acabamento do livro e com maior profissionalização do setor como um todo. Por outro lado, uma parte importante de suas empresas mostra-se ainda em grande medida tributária do setor pú-

blico, por depender significativamente da venda de livros didáticos para o governo.

Muitas das questões estruturais que afetam o setor livreiro ainda serão as mesmas de décadas passadas e futuras: distribuição cara e precária; pequeno e concentrado número de livrarias; alto preço do livro para os padrões de renda dos brasileiros; ausência de uma política pública de compra de livros para bibliotecas; concentração da produção e do consumo nas regiões Sul e Sudeste; baixa capitalização das pequenas e médias empresas do setor e crédito caro.

Referências bibliográficas

ARAUJO, M. P. A luta democrática contra o regime militar, 1974–1985 (Estratégias de luta e resistência contra a ditadura). In: ARAUJO, M. P. et al. *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura militar e resistência no Brasil. V. 1. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2004.

BRANDÃO, I. de L. Literatura e resistência. In: SOSNOWSKI, S.; SCHWARTZ, J. (Orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

CÂMARA Brasileira do Livro: 50 anos. São Paulo: Prêmio, 1997.

EVOLUÇÃO DO LIVRO NO BRASIL. *Caderno de Jornalismo e Editoração*. São Paulo, ECA-USP, n. 7, mar. 1972, p. 47-50 – (Transcrito de *Produção de livros no Brasil* – pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em convênio com o MEC [GEIL], BNDE e FGV, 1971, p. 50).

FICO, C. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HALLEWEL, L. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. O comércio do livro no Brasil visto por um estrangeiro. *Cadernos de Jornalismo e Editoração*. Livros no Brasil: Estudos. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP/Com-Arte, 1987.

HOLANDA, H. B.; GONÇALVES, M. A. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In: HOLLANDA, H. H. O. B.; FREITAS FILHO, A.; GONÇALVES, M. A. *Anos 70: literatura*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

MICELI, S. O papel político dos meios de comunicação de massa. In: SOSNOWSKI, S.; SCHWARTZ, J. (Orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

MUNAKATA, Kazumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1997.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PAIXÃO, F. (Coord.). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REIMÃO, S. Brasil, anos 60, livros – sobre o mercado editorial e os livros mais vendidos. *CADERNOS de Jornalismo e Editoração*. V. 11, n. 26, p. 145-157, dez. 1990. São Paulo: Com-Arte, 1990.

_____. Fases do ciclo militar e censura a livros –

Brasil, 1964-1978. Texto apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, disponível em <http://sec.adaltech.com.br/intercom/2005/resumos/R0771-1.pdf>. 2005.

RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALGADO, G. B. *O imaginário em movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, D. da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SÜSSEKIND, F. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.